

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

avanços e novos desafios

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Resumo: O artigo descreve e analisa os sistemas de avaliação da educação básica brasileira, focalizando a concepção e metodologia, o processo de implementação e as dificuldades de utilização dos resultados para melhorar a qualidade das escolas. Aborda-se o caso de São Paulo, com destaque para a agenda da reforma educacional e as políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino

Palavras-chave: Avaliação. Políticas educacionais. Educação básica.

EDUCATIONAL SYSTEMS OF EVALUATION IN BRAZIL: NEWS CHALLENGES

Abstract: The article describes and analyses the Brazilian systems of evaluation of basic education, focusing design and methodology, the implementation process and the difficulties in using the results for improving quality at school level. The second part studies the case of Sao Paulo with emphasis on the agenda of educational reform and policies to improving the quality of education.

Key words: Assessment and evaluation. Education policies. Basic education.

Se há uma política que avançou no Brasil, nos últimos 15 anos, foi a implantação dos sistemas de avaliação educacional. Neste período, inúmeras iniciativas deram forma a um robusto e eficiente sistema de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, consolidando uma efetiva política de avaliação educacional. Considerada hoje uma das mais abrangentes e eficientes do mundo, a política de avaliação engloba diferentes programas, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, o Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como Provão e, posteriormente, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – Enade, o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – Enceja, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – Sinaes, a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Em conjunto, estes sistemas, ao lado da Avaliação da Pós-Graduação da Capes – o mais antigo sistema de avaliação do país no setor educação –, configuram um macrossistema de avaliação da qualidade da educação brasileira.

Paralelamente aos sistemas nacionais, vários Estados e municípios também organizaram sistemas locais e regionais de avaliação das aprendizagens. Todas essas iniciativas indicam a progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de políticas públicas responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem. Mais do que isso, a institucionalização da avaliação educacional no Brasil é hoje, sem dúvida, instrumento fundamental do processo de prestação de contas à sociedade e de enriquecimento do debate público sobre os desafios da educação no país. São constantes os editoriais de jornais e revistas, mais importantes do país, dedicados ao tema da avaliação e seus resultados. Matérias em jornais diários de TV mostram semanalmente boas práticas de escolas e municípios, com base nos resultados das avaliações.

A experiência internacional, assim como a brasileira, mostra que as ações mais eficazes para a melhoria da qualidade do ensino são aquelas focadas na aprendizagem e na escola. A realização de avaliações em larga escala como forma de conhecer melhor a dinâmica dos processos e resultados dos sistemas educacionais tem se tornado uma constante em países de diferentes culturas e distintas orientações ideológicas de governo. Prova disso é a existência de sistemas nacionais de avaliação em 19 países da América Latina e sua crescente participação nas avaliações internacionais, como o Programme for International Student Assessment – Pisa¹ e o Trends in International Mathematics and Science Study – TIMMS,² ao lado de países da União Europeia, América do Norte, Ásia e África. Além disso, verifica-se crescente tendência ao desenvolvimento de sistemas subnacionais em todo o mundo, como ocorre no Brasil.

Como destacam Ferrer e Arregui (2003), esta convergência em torno das avaliações “estandarizadas” é derivada de visões, perspectivas e interesses distintos quanto ao papel dos sistemas educativos: melhorar as economias nacionais, estabelecendo vínculos mais fortes entre escolarização, emprego, produtividade e mercado; melhorar os resultados de aprendizados relacionados às competências e habilidades exigidas

pelo mercado de trabalho; obter um controle mais amplo dos sistemas educativos nacionais sobre os conteúdos curriculares e a avaliação; reduzir os custos dos governos na educação; e ampliar a contribuição da comunidade para a educação por meio de sua participação na tomada de decisões escolares. Estas tendências vêm sendo incorporadas a novas formas de administração e gestão que defendem a necessidade de melhorar a eficiência dos sistemas educativos e de fomentar a responsabilidade social e profissional pelos resultados da educação.

Independente dos motivos que levam à criação de sistemas de avaliação, parece haver concordância quanto ao seu importante papel como instrumento de melhoria da qualidade. Como os resultados da educação não são diretamente observáveis nem imediatos, dada a heterogeneidade do corpo docente e da situação socioeconômica familiar dos alunos, só é possível obter uma visão geral do desempenho dos sistemas educacionais mediante uma avaliação externa em larga escala.

Até recentemente, media-se a qualidade de um sistema educativo com base nos indicadores de acesso e permanência na escola, tais como matrícula, cobertura, repetência, evasão, anos de estudo, etc. O acesso à educação formal era limitado e a população com menos recursos estava praticamente excluída do sistema, quando muito permanecia alguns anos na escola. O acesso e a permanência no sistema eram considerados sinônimos de aquisição de conhecimento e das competências básicas.

A progressiva universalização do acesso e a ampliação do número de anos de estudo modificaram esta situação. Os novos alunos, em geral oriundos de famílias pobres e mais vulneráveis, chegam ao sistema educativo em desvantagem em termos de acesso a bens culturais e manejo da linguagem oral e escrita. Neste contexto, a equivalência entre anos de estudo e acesso ao conhecimento e domínio das competências básicas nem sempre se concretiza. É verdade que a maior permanência nos sistemas educativos traz alguns benefícios, mas não necessariamente significa que os cidadãos estão aprendendo e incorporando os conhecimentos e competências necessários para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Além disso, a democratização da educação acarretou também uma forte massificação do acesso à profissão docente, a qual infelizmente não foi acompanhada por mecanismos para garantir sua adequação à nova realidade e a qualidade da formação inicial oferecida pelas instituições formadoras. Em geral, a agenda de reformas educativas não priorizou, como deveria, a reformulação dos programas de formação inicial e em serviço dos professores e tampouco desenvolveu mecanismos de certificação docente e/ou de controle da qualidade dos cursos oferecidos.

Neste quadro, o desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação transformou-se em peça-chave dos processos de reformas educacionais, que tiveram lugar em diversos países, principalmente a partir de meados da década de 1980. Com a finalidade de subsidiar ações de melhoria da qualidade, as avaliações passaram a dar maior visibilidade e transparência a aspectos centrais do processo de aprendizagem:

- O que os alunos estão aprendendo? Em que medida, os resultados obtidos correspondem ao que se espera deles ao final dos diferentes ciclos ou níveis de aprendizagem?
- Quais os fatores que melhor explicam os resultados positivos ou negativos da educação? Quais os efeitos da repetência? Ou do processo de alfabetização nas séries iniciais? Ou de aspectos como salários, carreira e formação dos professores? Em que medida o envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos incide sobre os resultados?
- Qual é o grau de equidade observado nos resultados da aprendizagem? Como as desigualdades sociais, econômicas e culturais de uma dada sociedade incidem sobre as oportunidades de aprendizagem? Que características escolares diminuem o impacto do nível socioeconômico nos resultados da aprendizagem?

Em suma, um sistema nacional de avaliação em larga escala pode prover informações estratégicas para aprofundar o debate sobre a situação educacional de um país e mostrar o que os alunos estão aprendendo, ou o que deveriam ter aprendido, em relação aos conteúdos e habilidades básicas estabelecidos no currículo. Como os currículos geralmente são muito extensos, a elaboração de provas nacionais obriga a

definir quais as aprendizagens devem ser consideradas fundamentais e asseguradas a todos os alunos. O mesmo se aplica às avaliações internacionais que permitem comparações entre os países ou regiões.

Mas, se é verdade que o Brasil avançou na montagem e consolidação dos sistemas de avaliação, é também verdade que ainda não aprendemos a usar, de modo eficiente, os resultados das avaliações para melhorar a escola, a sala de aula, a formação de professores. Este, aliás, é um dos grandes desafios das políticas educacionais, sem o qual o objetivo principal da política de avaliação perde sentido para os principais protagonistas da educação: alunos e professores.

Este artigo examina os sistemas de avaliação da educação básica brasileira, com destaque para os sistemas nacionais e a experiência de São Paulo. Além de apresentar o desenho, conceitos e objetivos dos principais sistemas de avaliação, procura-se discutir algumas fragilidades sistêmicas que dificultam o uso dos resultados das avaliações nas escolas e sistemas de ensino.

OS SISTEMAS DE AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS NO BRASIL

No Brasil, o desenvolvimento de um sistema de avaliação da educação básica é bastante recente. Até o início dos anos 1990, com a exceção do sistema de avaliação da pós-graduação sob a responsabilidade da Capes, as políticas educacionais eram formuladas e implementadas sem qualquer avaliação sistemática. Não era possível saber se as políticas implementadas produziam os resultados desejados ou não. Simplesmente, até meados da década de 1990, não havia medidas de avaliação da aprendizagem que produzissem evidências sólidas sobre a qualidade dos sistemas de ensino no país. Costuma-se falar da velha escola pública do passado como exemplo de qualidade. No entanto, a escola era outra, uma escola excludente e de qualidade para os poucos eleitos que a ela tinham acesso. O problema hoje é mais complexo: construir e valorizar a boa escola pública, agora democrática e para todos.

Em pouco mais de uma década foi construído, no país, um complexo e abrangente sistema de avaliação

educacional, que cobre todos os níveis da educação e produz informações que orientam as políticas educacionais em todos os níveis de ensino. Com esse objetivo geral comum, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e mais recentemente a Prova Brasil apresentam distintas características e possibilidades de usos de seus resultados para que as informações avaliativas sirvam também para o próprio processo de formulação, implementação e ajuste de políticas educacionais. O principal desafio é definir estratégias de uso dos resultados para melhorar a sala de aula e a formação dos professores, de modo a atingir padrões de qualidade compatíveis com as novas exigências da sociedade do conhecimento.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – SAEB

O Saeb é uma avaliação de desempenho acadêmico e de fatores associados ao rendimento escolar, realizada a cada dois anos, em larga escala, aplicada em amostras de escolas e alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 3ª série do ensino médio, representativas de todas as Unidades da Federação, redes de ensino e regiões do país.

Trata-se de um importante subsídio para o monitoramento das políticas gerais de desenvolvimento educacional. Com base nas informações coletadas por este sistema, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação devem definir ações voltadas para a correção das distorções e debilidades identificadas, de modo a orientar seu apoio técnico e financeiro para o crescimento das oportunidades educacionais, da eficiência e da qualidade do sistema educacional brasileiro, em seus diferentes níveis.

A partir de 1995, iniciou-se o processo de construção das Escalas Comuns de Proficiência, ou definição de métricas, que são interpretadas em termos do que os alunos conhecem, compreendem e são capazes de fazer, com base nos resultados do seu desempenho. A utilização das escalas comuns permite a comparação de resultados entre diferentes séries, por disciplina e de ano para ano. Para tanto, são utilizadas provas elaboradas com um grande número de itens,

abrangendo as competências e habilidades requeridas ao final de cada ciclo de aprendizagem. Os itens são distribuídos em diferentes cadernos de provas (169 itens por série e disciplina), o que permite uma ampla cobertura dos conteúdos, competências e habilidades (com seus diferentes graus de complexidade), em todas as séries avaliadas.

Os itens das provas são elaborados com base na Matriz de Referência Curricular do Saeb, que, a partir de uma ampla consulta nacional sobre os currículos estaduais, livros didáticos usados pelos professores e conteúdos praticados nas escolas brasileiras dos ensinos fundamental e médio, estabelece as competências e habilidades que os alunos sabem e são capazes de fazer ao final das séries e ciclos avaliados. Essas matrizes incorporam as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a reflexão de professores, pesquisadores e especialistas sobre cada área objeto da avaliação.

Para coletar dados e produzir informações sobre o desempenho do aluno e os fatores a ele associados, bem como a respeito das condições em que ocorre o processo ensino e aprendizagem, o Saeb utiliza procedimentos metodológicos de pesquisa formais e científicos, que garantem sua confiabilidade. A cada levantamento, além das provas, são também utilizados questionários contextuais que permitem conhecer as características da escola, do diretor, do professor, da turma e dos alunos que participam da avaliação.

As informações coletadas pelo Saeb são sigilosas. Assim, quando ocorre a divulgação dos resultados da avaliação, alunos, professores, diretores e escolas que integram a amostra não são identificados. Desde 1995, o Saeb é aplicado regularmente a cada dois anos, seguindo a mesma métrica ou escala de proficiência. Todos os Estados brasileiros participam da avaliação amostral, o que permite comparar resultados ao longo do tempo entre os Estados, entre escolas públicas estaduais e municipais, entre escolas públicas e particulares de cada unidade da federação.

O principal objetivo do Saeb é avaliar os sistemas de ensino e oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais, sendo para tanto, fundamentais as análises sobre os fatores associados à aprendizagem, de modo a identificar o que os alunos

são capazes de fazer e quais os fatores que dificultam a aprendizagem. Entre os fatores externos à escola, destacam-se: grau de escolaridade dos pais; acesso a livros e bens culturais; situação socioeconômica familiar; carreira e formação inicial dos professores; etc. Entre os fatores internos à escola e aos sistemas de ensino, ressaltam-se: gestão da escola e clima propício à aprendizagem; efeitos da repetência; formação continuada e em serviço dos professores; tempo de permanência na escola; uso do tempo em sala de aula; acesso à educação infantil; materiais didáticos de qualidade; hábitos de estudo; lição de casa; participação dos pais; entre outros.

Um dos principais resultados do Saeb, nestes 15 anos, foi demonstrar os efeitos perversos da repetência e da distorção idade-série no processo de aprendizagem. Alunos repetentes, com dois anos ou mais de atraso escolar, em geral apresentam desempenho médio bem abaixo daquele observado para alunos que cursam a série adequada à sua idade. Com base nas evidências apontadas, muitos Estados e municípios desencadearam programas de aceleração da aprendizagem, combate à repetência, implantação de ciclos de aprendizagem, uma série de iniciativas que começam a apresentar resultados concretos especialmente nas séries iniciais. Pesquisas sobre o Saeb mostraram também que o tempo de permanência dos alunos na escola é fator relevante para melhorar o desempenho dos alunos. Naercio Menezes (2005) mostra que uma hora a mais de aula por dia pode ampliar, em média, cerca de oito pontos no desempenho dos estudantes.

Evidências como essas ajudam a tomada de decisões pelos gestores sem “achismos” e permitem que as escolhas de políticas orientem-se progressivamente para ações mais efetivas, embora nem sempre tenham a visibilidade política almejada pelos governantes. Um bom exemplo é o uso de computadores nas escolas. Pesquisas nacionais e internacionais indicam que a simples existência de computadores nas escolas não se traduz em melhoria de desempenho, embora o acesso a computadores e Internet sejam muito valorizados pela sociedade e tenham alto impacto político. Obviamente, dotar as escolas de computadores, melhorar o acesso à Internet e capacitar

professores e alunos para o uso da informática são ações importantes para promover a inclusão digital e democratizar informações indispensáveis para entender o mundo que nos cerca. Resta saber como o uso dos computadores poderá de fato fazer diferença na aprendizagem.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO — ENEM

O Enem é um exame de caráter voluntário, implantado pelo MEC em 1998, que avalia o desempenho individual do aluno ao término do ensino médio, visando aferir o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício pleno da cidadania. A prova, interdisciplinar e contextualizada, é composta por uma redação e uma parte objetiva.

A parte objetiva da prova, que contém 63 questões de múltipla escolha, é avaliada numa escala de 0 a 100 pontos, gerando uma nota global que corresponde à soma dos pontos referentes às questões acertadas. Além disso, é atribuída uma pontuação, também na mesma escala de valores, a cada uma das cinco competências avaliadas.

Na redação também há uma nota global de 0 a 100 e uma média para cada uma das cinco competências aferidas. A nota resulta da média aritmética das notas alcançadas em cada uma das competências avaliadas, numa escala de 0 a 100 pontos.

Cada participante do Enem recebe o Boletim Individual de Resultados, contendo duas notas: uma para a parte objetiva da prova e outra para a redação, além de uma interpretação dos resultados obtidos para cada uma das cinco competências avaliadas nas duas partes da prova. Os resultados individuais são sigilosos.

As escolas que tiveram mais de 90% de seus alunos da terceira série do ensino médio presentes ao exame podem solicitar um boletim com a média do conjunto de seus estudantes. Este boletim informa, ainda, a nota média do país, possibilitando uma comparação dos resultados. Também estão entre os objetivos do Enem:

- conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e inserção no mercado de trabalho;

- criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio.

A prova do Enem tem como base a seguinte matriz de competências especialmente definida para o exame:

- demonstrar domínio básico da norma culta da língua portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;
- construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;
- selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problema segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;
- organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;
- recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

O Enem é realizado anualmente, com aplicação descentralizada das provas. Em 1998, seu primeiro ano de aplicação, o exame contou com um número modesto de 157 mil inscritos e 115 mil participantes. Em sua 11ª edição, em 2008, o Enem já alcançava mais de 4 milhões de inscritos e 2,9 milhões de participantes.

A grande expansão do número de candidatos ao Enem, teve início em 2000, quando várias universidades, entre elas a USP e a Unicamp, passaram a considerar a nota da prova como critério de acesso ao ensino superior. A popularização definitiva do Enem veio em 2004, quando o Ministério da Educação instituiu o Programa Universidade para Todos – ProUni e vinculou a concessão de bolsas em instituições de ensino superior privadas à nota obtida

no exame. Além de representar uma possibilidade concreta de bolsa (integral ou parcial) do ProUni, o Enem passou a significar também a possibilidade de uma vaga em várias instituições de ensino superior do país, entre elas as universidades públicas. Cerca de 500 instituições de ensino superior já utilizam os resultados do exame em seus processos seletivos, seja de forma complementar ou substitutiva.

Recentemente, o MEC divulgou o *ranking* nacional das escolas públicas e privadas que participaram do Enem 2008. Das 100 melhores escolas classificadas, apenas 11 são públicas e seus resultados podem ser explicados pela seleção dos melhores alunos. São escolas técnicas federais ou vinculadas a universidades públicas, altamente seletivas, que representam menos de 2% do total de matrículas de ensino médio público, sob a responsabilidade dos Estados que atendem a mais de 8 milhões de alunos.

A forma de divulgação dos resultados gerou amplo debate em todos os meios de comunicação, por diferentes razões. Primeiro, é no mínimo questionável a forma de divulgação dos resultados, considerando as médias obtidas por escola, uma vez que o Enem não tem a finalidade de avaliar escolas, mas sim o desempenho individual dos alunos. Em segundo lugar, a comparação das escolas públicas com as particulares, no caso do Enem, provoca enorme polêmica entre os especialistas em avaliação, pois trata-se de uma comparação frágil, do ponto de vista metodológico, que não considera os fatores socioeconômicos associados ao desempenho individual dos alunos. Por razões óbvias, as escolas particulares recebem os alunos que podem pagar, em geral oriundos de famílias de maior escolaridade e com acesso a bens culturais. Por fim, a exploração midiática dos péssimos resultados das escolas públicas de ensino médio em relação ao setor privado gera enorme desconforto para professores, alunos e seus pais, desvalorizando a escola pública e desmotivando ainda mais a maioria dos jovens. Em suma, a divulgação dos resultados do Enem 2008, por escola, em vez de construir uma agenda positiva sobre ações alternativas de melhoria do ensino médio, reforçou um debate alarmista e desconstrutivo que em nada contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino.

Por outro lado, está em curso um debate nacional sobre as mudanças no Enem. A partir de 2010, o governo federal pretende transformar o Enem na forma de seleção de estudantes de todas as universidades federais. As propostas do MEC envolvem mudanças estruturais na organização da prova, tais como utilização da Teoria da Resposta ao Item/TRI, aumento do número de itens nas provas e construção de uma escala nacional de desempenho que permita comparações temporais. Ainda não estão disponíveis documentos oficiais sobre as mudanças futuras do Enem.

PROVA BRASIL

Criada em 2005, a Prova Brasil objetiva oferecer a todas as escolas públicas brasileiras uma avaliação mais detalhada de seu desempenho, em complemento à avaliação já feita pelo Saeb. De caráter censitário, a Prova Brasil avalia todos os estudantes da rede pública urbana de ensino, de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, com foco em língua portuguesa e matemática. Seus resultados são divulgados amplamente a todos os Estados e municípios do país, com boletins divulgados a cada uma das escolas participantes. Em sua primeira edição, foram avaliados 3,3 milhões de alunos de 42 mil escolas públicas urbanas. Em 2007, foram 4,5 milhões de alunos avaliados em 45 mil escolas públicas de todo o país.

Uma vez que as metodologias da Prova Brasil e do Saeb são a mesma, elas passaram a ser operacionalizadas em conjunto, desde 2007. Como são avaliações complementares, uma não implicará a extinção da outra. O aspecto mais relevante da Prova Brasil é oferecer a todas as escolas participantes um diagnóstico consistente sobre o desempenho de seus alunos, usando a mesma métrica de avaliação do Saeb. Os resultados são comparáveis e permitem que a escola identifique suas potencialidades e fragilidades em relação ao desempenho de seu município, Estado, ou em relação ao país. Embora a Prova Brasil seja um importante instrumento de apoio à escola para aprimorar seu projeto pedagógico e reverter práticas didáticas ineficazes, ainda são tímidas as iniciativas de uso dos seus resultados para melhorar a sala de aula e a formação em serviço dos profes-

res. A maioria das escolas não sabe como melhorar seus resultados, os sistemas de ensino enfrentam dificuldades técnicas para apoiar pedagogicamente suas escolas e os pais ainda não entenderam o significado da prova.

Em geral, a maioria dos municípios não dispõe de capacidade institucional e competência técnica para dar vida e finalidade à Prova Brasil. Este é, sem dúvida, o grande desafio para melhorar a qualidade. Cabe ao MEC estabelecer padrões ou expectativas de aprendizagem nacionais. Cabe aos Estados reforçar o regime de colaboração com seus municípios e firmar um sério compromisso entre os níveis de governo, com foco na definição de uma base curricular comum de âmbito estadual, que contemple os padrões básicos nacionais, além de organizar um sistema efetivo de capacitação de professores e produção de materiais didáticos de apoio que ajudem a superar os problemas de aprendizagem identificados na Prova Brasil.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA — IDEB

Em abril de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais lançou o Ideb, indicador sintético que permite definir metas e acompanhar a qualidade do ensino básico no país, fornecendo informações sobre o desempenho de cada uma das escolas brasileiras de educação básica. O Ideb reúne num só indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e desempenho dos alunos nas avaliações. Seu cálculo baseia-se nos dados de aprovação escolar, apurados no Censo Escolar, e nas médias de desempenho obtidas nas avaliações nacionais: o Saeb, para as unidades da federação e o país; e a Prova Brasil, para os municípios. O novo indicador considera dois fatores que interferem na qualidade da educação: as taxas de aprovação, aferidas pelo Censo Escolar; e as médias de desempenho medidas pelo Saeb e pela Prova Brasil. A combinação entre fluxo e aprendizagem resulta em uma média que varia de 0 a 10. As metas são diferenciadas para cada Unidade da Federação, por município e por escola, para as duas fases do ensino fundamental (1ª à 4ª e 5ª à 8ª séries)

e para o ensino médio, apresentadas bianualmente de 2005 a 2021. O Ideb será o indicador objetivo para verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, sob a liderança do MEC, que trata da educação básica.

A relevância do Ideb pode ser atribuída a dois fatores. O desenho do indicador evita que os sistemas de ensino direcionem suas ações para um dos seus componentes, ou seja, uma escola que reprova sistematicamente, fazendo que muitos alunos abandonem os estudos antes de completar a educação fundamental, não é desejável mesmo que os poucos alunos sobreviventes tenham bom desempenho nas provas nacionais. Também não é desejável uma escola que aprova em massa, sem dar atenção à qualidade da aprendizagem de seus alunos, pois não adianta alcançar taxas elevadas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, se os alunos aprendem pouco na escola. Este é o sentido do Ideb: evitar o aumento da aprovação sem que os alunos aprendam e evitar que as escolas reprovem em massa, excluindo alunos com desempenho insuficiente e selecionando os melhores para elevar as notas na prova.

Com base nesta metodologia, foram divulgados os resultados do Ideb 2005 e 2007, para 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. É possível acompanhar quais Estados e municípios estão avançando mais, em relação ao seu ponto de partida. E, mais importante, ao se decompor os resultados de cada Estado, é possível identificar qual dos dois critérios utilizados no Ideb teve melhor evolução, ou seja, o que melhorou mais? As taxas de aprovação? Ou as notas dos alunos em português ou em matemática?

Estudo recente do Inep, publicado no boletim *Na Medida* (2009), analisa a decomposição do crescimento do Ideb, buscando identificar os componentes que tiveram maior peso na evolução do indicador em cada Estado. Algumas conclusões merecem destaque.

- Nas séries iniciais do ensino fundamental, em quase todos os Estados, mais de 50% do crescimento do Ideb é explicado pelo desempenho dos alunos, especialmente pelo aumento das notas de matemática. As exceções são Rio de Janeiro e Goiás,

onde mais de 50% do crescimento do Ideb deve-se à elevação das taxas de aprovação. O caso mais relevante é o Estado de São Paulo, com o aumento do desempenho escolar, em especial em matemática, respondendo por mais de 90% do crescimento do Ideb. É provável que a política de progressão continuada, adotada desde 1997, possa explicar este resultado, uma vez que as taxas de aprovação, em determinadas etapas do ensino, são elevadas e bem acima da média nacional. O mais importante é que, mesmo com os melhores indicadores de fluxo escolar do país, o resultado de São Paulo no Ideb vem melhorando devido, basicamente, ao crescimento do desempenho escolar.

- Nas séries finais do ensino fundamental, verifica-se maior diferenciação entre os Estados. Observa-se que, dos 21 Estados analisados, em dez (DF, MT, MS, BA, RJ, MG, AC, AL, MA e CE) a aprovação foi responsável por mais de 50% do crescimento do Ideb e, em cinco (SP, RR, TO, PE e GO), mais de 50% do incremento do Ideb deveu-se ao aumento das notas de matemática. Chama atenção, novamente, o Estado de São Paulo, onde 98,4% do crescimento do Ideb deve-se ao desempenho escolar.

O caso de São Paulo é exemplar para aprofundar o debate sobre progressão continuada. Estudos como o de Sergei Soares (2007) mostram evidências de vários países que adotam a progressão continuada ou sistema de ciclos, com resultados de excelência nas avaliações internacionais. Será que o debate nacional sobre qualidade da educação não precisa sofisticar-se um pouco mais, em vez de cultivar mitos tão superados por evidências empíricas, porém ainda incrustados numa certa cultura de “louvor” à velha escola elitista do passado, excludente e impregnada da “cultura da repetência” ainda muito forte no Brasil, e que acaba alimentando interesses corporativos pouco preocupados com o sucesso do aluno e a efetiva democratização da boa escola pública?

SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO: O CASO DE SÃO PAULO

O desenvolvimento de sistemas regionais ou locais de avaliação, em articulação com o sistema nacional,

apresenta algumas vantagens. Primeiro, eles permitem uma investigação mais aprofundada sobre as especificidades regionais ou locais, o que não é possível no Saeb e na Prova Brasil. Em segundo lugar, eles possibilitam coletar informações de interesse do gestor da rede, o que tampouco é possível em uma avaliação nacional. Só sistemas descentralizados conseguem analisar cada uma das escolas e identificar o que elas precisam para melhorar o desempenho dos alunos, considerando as características de cada uma.

Atualmente, cerca de 11 Estados brasileiros e duas capitais já possuem sistemas próprios para avaliar suas redes de ensino, produzindo resultados por escola. A título de exemplo, apresenta-se um breve panorama do caso de São Paulo, o maior Estado do país e responsável pela maior rede pública de ensino da América Latina.

Em 2008, havia no Estado de São Paulo aproximadamente 7,8 milhões de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio, dos quais 86% estavam em cerca de 11.727 escolas públicas estaduais e municipais. O sistema estadual de ensino possui 5.500 escolas e cerca de 5 milhões de alunos; os sistemas municipais dos 645 municípios paulistas possuem cerca de 2,3 milhões de alunos no ensino fundamental, além de 1,2 milhão na educação infantil. O sistema privado possui 1,1 milhão de alunos nos ensinos fundamental e médio. Para monitorar a qualidade do ensino ofertado por suas escolas, o Estado de São Paulo criou, em 1996, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saresp, aberto à participação dos municípios com rede própria e escolas privadas que a ele quisessem aderir.

O Saresp tal como o Saeb, avalia periodicamente os conhecimentos de seus alunos em português, matemática, ciências, história e geografia, além de recolher, por meio de questionários, outras informações associadas ao desempenho. Criado em 1996, com o apoio do Banco Mundial, esse sistema configurou-se, desde o início, como uma avaliação anual, censitária e diagnóstica, compulsória para as escolas da rede administrada pela SEE/SP, porém aberta à participação, por adesão, das redes municipais de ensino e das escolas particulares. Suas matrizes de referência sempre se pautaram nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os objetivos do Saresp muito se assemelham aos das demais avaliações mencionadas anteriormente: produção de diagnósticos precisos da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas paulistas e acompanhamento sistemático dos resultados na educação, constituindo um importante instrumento de monitoramento das políticas públicas no campo da educação e auxiliando na elaboração e implementação das políticas educacionais no Estado de São Paulo.

A SEE/SP, ao criar o Saresp, tinha, primeiramente, a intenção de ampliar o conhecimento do perfil dos estudantes paulistas, além de fornecer aos professores descrições dos padrões de desempenho alcançados pelo conjunto dos alunos, de maneira a subsidiar o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula. Em segundo lugar, a Secretaria direcionou o diagnóstico realizado pelo Saresp para que identificasse os pontos “críticos” do sistema de ensino, por meio dos quais os seus órgãos centrais e Diretorias de Ensino apoiariam as escolas, suas equipes escolares, com recursos financeiros, material escolar e orientações didático-pedagógicas, entre outras ações e projetos.

No entanto, a metodologia de construção de provas e de análise de resultados, adotadas entre 1996 e 2005, não possibilitava comparar o desempenho dos alunos das escolas paulistas a cada ano com as avaliações anteriores. A metodologia de construção e de aplicação das provas não permitia identificar as deficiências acumuladas ou os avanços progressivos das escolas, devido à inexistência de uma mesma métrica que orientasse a construção de escalas de proficiência comparáveis ao longo do tempo. Tampouco era possível comparar os resultados do Saresp com as avaliações nacionais, uma vez que o desempenho estadual não estava na mesma métrica do Saeb, que, desde 1995, vinha avaliando o desempenho dos alunos brasileiros, seguindo a mesma escala de proficiência estabelecida pelo Inep.

Ao assumir a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, em julho de 2007, a gestão estabeleceu como uma das prioridades do Plano de Metas, lançado em agosto do mesmo ano pelo governador José Serra, a completa revisão da metodologia do Saresp. Essa era uma das questões centrais para viabilizar o regime de metas de qualidade por escola, o Índice de

Desenvolvimento da Educação Paulista – Idesp, que será detalhado mais adiante, e o programa de bonificação por resultados, com base no mérito. Ou seja, uma política de incentivos às equipes das escolas, com o objetivo de reconhecer o esforço de cada unidade para melhorar seu desempenho, independente da fantástica diversidade das 5.500 escolas da rede estadual paulista.

Para concretizar a proposta, era necessário que o Saresp fosse totalmente reformulado e passasse a adotar a mesma métrica do Saeb/Prova Brasil, de modo a produzir resultados comparáveis com as avaliações nacionais, além de permitir comparar a evolução das escolas da rede estadual a cada ano, sem o que seria impossível implantar o regime de metas por escola. Era preciso fortalecer um diálogo mais construtivo com as escolas, identificar suas potencialidades e fragilidades e, ao mesmo tempo, dar a elas o suporte pedagógico necessário para que superassem suas deficiências. Era preciso implantar uma base curricular comum nos ensinos fundamental e médio, inspirada pelas diretrizes curriculares nacionais e apoiada na Matriz Curricular do Saeb, para que professores e alunos conhecessem os conteúdos, competências e habilidades que seriam objeto da avaliação anual de todas as escolas estaduais. Era preciso dar ampla publicidade aos resultados das avaliações, assegurando total transparência. Enfim, a partir de 2007, iniciou-se um conjunto de ações sistêmicas com um só objetivo: garantir o direito de todo aluno aprender e melhorar a qualidade das escolas.

Em novembro de 2007, foi aplicado o novo Saresp, completamente reformulado e compatível com as avaliações nacionais. A partir daí, foi possível a cada escola acompanhar a evolução de seu desempenho anualmente, comparar seu desempenho com as escolas de seu bairro, município ou diretoria regional e comparar o desempenho dos seus alunos com o dos estudantes avaliados pelo Saeb e pela Prova Brasil. Esta, talvez, seja uma das maiores vitórias do Plano de Metas da Educação Paulista, na medida em que pavimentou a implantação da base curricular comum, a completa reformulação do programa de recuperação e reforço escolar, a implantação do regime de metas por escola, a construção do Idesp e o novo desenho

do bônus por desempenho, uma corajosa política de incentivos às equipes de todas as escolas.

Diante da “Nova Agenda” proposta pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em 2007, com um plano de dez metas e dez ações para melhorar a educação paulista, a primeira grande mudança foi a reformulação do Saresp, que estabeleceu um novo termômetro de avaliação do nível de aprendizagem dos alunos. A partir desse ano, o Saresp passou a ser um sistema de avaliação em larga escala. Com a implantação da Proposta Curricular Unificada no Estado, concretizada nos programas “Ler e Escrever” para as séries iniciais e “São Paulo faz Escola” para as séries finais dos ensinos fundamental e médio, definiu-se uma Matriz de Avaliação, que estabelece as expectativas de aprendizagem propostas no currículo. As provas foram pré-testadas e introduziram-se itens do Saeb nas provas, possibilitando a equalização dos resultados obtidos na mesma métrica de proficiência adotada nas avaliações nacionais. E, mais importante, as escolas passaram a conhecer o que se espera delas na avaliação de desempenho e os professores foram capacitados e receberam materiais de orientação curricular que abrangem conteúdos, competências e habilidades que serão avaliados anualmente.

Outro passo metodológico relevante para estabelecer o diálogo entre os resultados obtidos na avaliação e as expectativas de aprendizagem definidas no currículo implementado foi a definição dos níveis de proficiência, que representam o agrupamento de pontos da escala de proficiência adotados na Prova Brasil e no Saeb adequados à Proposta Curricular. Definiram-se quatro níveis de proficiência:

- Abaixo do básico – os alunos neste nível demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para a série escolar em que se encontram;
- Básico – os alunos neste nível demonstram desenvolvimento parcial dos conteúdos, competências e habilidades requeridas para a série em que se encontram;
- Adequado – os alunos neste nível demonstram domínio dos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para a série escolar em que se encontram;

- Avançado – os alunos neste nível demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, competências e habilidades acima do requerido na série escolar em que se encontram.

A divulgação da média de pontos do Saresp na mesma métrica adotada pelo Saeb e a apresentação da distribuição porcentual dos alunos avaliados nos níveis de proficiência constituíram um passo fundamental para a definição de metas de qualidade da educação para as escolas da rede estadual paulista.

Fato de indiscutível relevância, também, é que, a partir de 2008, pela primeira vez em mais de uma década, a aplicação do Saresp considerou a existência de uma base curricular comum a todos os alunos que frequentam as escolas da rede pública de ensino administrada pela SEE/SP. Com efeito, até 2007, não havia parâmetros de equidade sistêmica entre as escolas, mas sim muitos currículos, implícitos ou não. Não havia qualquer garantia de que os conteúdos, competências e habilidades avaliadas tivessem alguma relação com o que as escolas desenvolviam e os alunos aprendiam, ou deveriam aprender, durante o ano letivo.

Outro ponto fundamental para implementação da política educacional pautada na busca pela qualidade é a ampla divulgação dos resultados das avaliações para as escolas, os alunos e a sociedade em geral. Ao longo de sua existência, a SEE sempre se preocupou com a ampla divulgação dos resultados do Saresp. A disponibilização dos dados não se restringia apenas ao governo e centros de pesquisa e imprensa; ao contrário, a preocupação central era fazer com que chegassem rapidamente às mãos dos gestores do ensino, equipes escolares, Diretorias e Coordenadorias de Ensino do Estado de São Paulo. Para atingir esses objetivos foram criados diferentes canais, visando a socialização dos resultados do diagnóstico realizado: boletins individuais por escola e relatórios técnicos contendo análise pedagógica dos itens das provas, perfil dos alunos e variáveis que mais influenciaram no desempenho escolar. A partir de 2008, os dados e/ou informações estão disponíveis aos diferentes públicos no *site* da SEE/SP e são discutidos e analisados por meio de teleconferências. Os resultados são debatidos nas oficinas pedagógicas que capacitam os professores, as escolas dedicam um dia do semes-

tre para refletir sobre os seus resultados no Saresp e, o mais fundamental, as escolas e os pais passaram a reconhecer o Saresp como um instrumento valioso para melhorar a qualidade, oferecer à sociedade informações sobre a situação de cada escola e subsidiar o necessário debate público sobre os desafios da educação. Pesquisa realizada no final de 2008, por agência de comunicação externa ao governo, mostrou que 62% dos pais acreditam que o Saresp é importante para melhorar a qualidade das escolas.

Com todos esses procedimentos, espera-se, por um lado, que os responsáveis pela condução da educação, de posse de um vasto arsenal de dados e/ou informações, possam estabelecer políticas públicas mais coerentes e eficazes para a melhoria do sistema de ensino, corrigindo rumos e reforçando positivamente aquilo que estava no caminho correto. Por outro lado, acredita-se também que os diretores, professores, enfim, toda a equipe escolar aproveite os resultados da avaliação para aprimorar o planejamento escolar anual, assim como para incentivar e fundamentar outras ações e/ou projetos, visando enfrentar e superar eventuais problemas em suas escolas.

O IDESP E A BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: METAS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A partir da consolidação dos sistemas nacionais e estaduais de avaliação, foram criadas algumas condições que contribuíram de maneira decisiva para que os resultados das avaliações em larga escala passassem a figurar efetivamente como instrumentos de políticas públicas no campo da educação brasileira. A partir de 2007, o Inep deu o primeiro passo importante ao divulgar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, como já apontado.

Em meados de 2007, o governo estadual também ousou dar um passo adiante ao criar o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – Idesp. Com o objetivo de viabilizar o regime de metas de qualidade por escola e subsidiar a política de bônus por resultado, tal como anunciado no Plano de Metas da Educação, a criação do Idesp começou a ser discutida já em setembro de 2007.

Inicialmente, uma proposta da Secretaria Estadual da Fazenda previa um modelo que considerava os seguintes critérios: nível de formação dos professores; efetivação no quadro do magistério e regime de trabalho; absenteísmo e número de faltas; gasto de cada unidade com água, luz, telefone, material de consumo; taxas de abandono e evasão escolar. Em resposta a essa proposta, foi apresentada uma alternativa, semelhante ao Ideb federal, que considerasse apenas os resultados do fluxo escolar e do Saresp para os níveis de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio). Aprovada a ideia de construir um indicador sintético com base no desempenho e fluxo escolar, passou-se a discutir a metodologia do índice, já à luz do novo Saresp em implantação. Foram examinados modelos de outros países, como Índia, Israel, Chile, os casos de Nova York e Chicago, bem como algumas experiências brasileiras (Minas Gerais, Tocantins, o município de Sobral, entre outras). Vários especialistas foram convidados para debater ideias que auxiliassem a encontrar um modelo que, ao mesmo tempo, promovesse mais qualidade e maior equidade do sistema. No final de 2007, o desenho do Idesp estava definido, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e pelo governo, para que, a partir da divulgação dos resultados do Saresp 2007, fosse possível aplicar o novo indicador de qualidade com metas para cada uma das escolas estaduais.

Em março de 2008, divulgaram-se amplamente os resultados do Saresp 2007. Os boletins individuais de cada escola foram divulgados a toda a sociedade, pais, alunos, professores, jornalistas, especialistas. Todos os resultados permaneceram abertos aos interessados no *site* da Secretaria. Em maio de 2008, ocorreu a divulgação do Idesp 2007, com base nos resultados do Saresp e taxas de aprovação de 2007. Os boletins individuais das escolas, com os resultados do Idesp e as metas a serem atingidas por cada unidade escolar anualmente, também foram amplamente divulgados. Cada escola passou a saber qual meta ela deveria atingir a cada ano e os incentivos que premiariam o esforço e compromisso de toda a equipe para melhorar seu desempenho.

O Idesp, assim como o Ideb, é um indicador sintético, que varia de 0 a 10, resultante da razão entre

a média de proficiência observada em português e matemática na Prova Brasil/Saresp e a taxa de aprovação no ciclo avaliado. Entretanto, do ponto de vista do desenho metodológico, o Idesp promove um importante avanço, porque considera a distribuição dos alunos nos níveis de proficiência adotados no Saresp e não a média das proficiências observadas, como no Ideb. Oferece maior capacidade de planejamento escolar da rede porque apresenta de forma clara o número de alunos que estão nos níveis de proficiência abaixo do adequado. Mais do que isso, ao considerar a proporção de alunos distribuídos nos quatro níveis de proficiência, o Idesp expressa nosso maior objetivo: melhorar a equidade do sistema com foco na qualidade.

Sob esta perspectiva, a criação do Idesp também foi essencial para a implantação do Programa de Qualidade da Escola – PQE na rede estadual paulista, uma vez que compara a escola com ela mesma, tendo como ponto de partida os resultados de 2007 e propondo metas anuais a cada uma das unidades escolares para que sejam alcançados em 2030, padrões de qualidade da educação similares aos observados nos países da OCDE. Além disso, o Idesp é instrumento-chave para a implementação da política de remuneração variável por desempenho implementada em 2009.

Em 2008, o governo de São Paulo pôs em prática outra medida de grande impacto, talvez a mais inovadora de todas, para melhorar a qualidade do ensino público, a qual só foi possível graças à reformulação do Saresp e à criação do Idesp. Trata-se de um incentivo às escolas públicas estaduais na forma de remuneração por desempenho, para todos os professores e demais funcionários, comparando cada unidade escolar em relação a ela mesma e considerando sua evolução no tempo. O bônus, dependendo do desempenho da escola, pode chegar até o equivalente a 2,9 salários mensais a mais para cada profissional da escola. É uma política de reconhecimento do esforço das escolas e de seu compromisso com o direito de todo aluno aprender.

O êxito da política pode ser avaliado pelo sucesso do lançamento do bônus por resultado, no final de março de 2009. Após a divulgação do Idesp 2008,

e com base na comparação dos resultados obtidos por cada uma das escolas paulistas no Idesp 2007, o governo de São Paulo distribuiu 600 milhões de reais em bônus para 196 mil professores e funcionários administrativos das escolas que avançaram. Mais de 70% dos profissionais da educação receberam bônus, de valores que variaram de 500 a mais de 10.000 reais, dependendo dos resultados alcançados por suas escolas, jornada de trabalho e número de faltas. Apesar das enormes resistências das entidades sindicais, em geral defensoras da isonomia e contra qualquer forma de remuneração variável, que considere o esforço e compromisso das equipes, o bônus por desempenho já é uma realidade no Estado de São Paulo.

O grande destaque foi o bom resultado das escolas de ensino médio. Mais de 84% das unidades avançaram, sendo que 77% atingiram ou superaram as metas previstas. Um dos fatores que pode explicar a melhoria dos resultados das escolas de ensino médio é a implantação da nova proposta curricular e do programa Apoio à Continuidade dos Estudos, que oferece seis horas semanais de revisão de conteúdos, com ênfase em língua portuguesa e matemática, e materiais específicos para os alunos se prepararem para o futuro. Embora seja um programa novo, iniciado em 2008, trata-se de uma intervenção pedagógica tradicionalmente adotada nas boas escolas particulares, com foco na recuperação dos alunos da 3ª série do ensino médio, ao longo do ano e integrado à grade curricular.

Com mais de cinco mil escolas, a rede estadual paulista é extremamente diversificada e heterogênea. Se as escolas são desiguais, as necessidades e os desafios também são distintos, o que, por sua vez, significa que não possuem condições de caminharem no mesmo

ritmo. Assim, as metas desejadas jamais serão alcançadas em tempo igual pelas escolas, mas sim em tempos distintos e utilizando estratégias diferenciadas. É preciso, portanto, conhecer melhor essas escolas, o modo pelo qual desenvolvem suas atividades, como enfrentam os problemas do dia a dia e, a partir disso, estabelecer uma “discriminação positiva” das mesmas, visando melhorar a qualidade dos seus serviços.

Dessa maneira, alcançar maior equidade na rede de ensino e cooperar para que essas escolas avancem e melhorem de qualidade constitui tarefa que não se realiza à margem de uma “intervenção” dos poderes públicos, de um apoio diferenciado às suas equipes escolares, de avaliação e monitoramento constante, de apoio didático-pedagógico intensivo, além de orientações técnicas para que assimilem teórica e praticamente a filosofia do currículo recém-implantado.

Resumindo, em menos de dois anos, o governo de São Paulo implantou uma reforma educacional corajosa, abrangente e bastante inovadora. Mostrou que é possível fazer mudanças, apesar das resistências políticas normais de qualquer regime democrático. O futuro das mudanças implantadas dependerá, em grande medida, da continuidade, persistência, flexibilidade e capacidade institucional da Secretaria de Educação em assegurar um monitoramento efetivo da gestão das ações, com prioridade ao pedagógico, sem o quê não será possível o necessário aprimoramento de todas as iniciativas recentes. O papel dos dirigentes, diretores, supervisores e coordenadores pedagógicos neste processo será tão crucial quanto a efetiva participação dos pais e alunos, colaborando e cobrando das escolas mais qualidade e compromisso com a aprendizagem de todas as crianças e jovens de São Paulo. É essa a principal finalidade da boa escola pública tão almejada por todos.

Notas

1. Programa internacional de avaliação comparada, aplicado a estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na

maioria dos países. Esse programa é desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

2. Realizado desde 1995 pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement – IEA.

Referências Bibliográficas

FERRER, J.G.; ARREGUI, P. *Provas internacionais de aprendizagem aplicadas na América Latina e seu impacto na qualidade da educação: critérios para futuras aplicações*. Rio de Janeiro, Preal, 2003. (Relatório, n. 26).

INEP. *Na medida*. Boletim de Estudos Educacionais do Inep, Brasília, ano 1, n. 1, 2009.

_____. *Relatórios Bianaís do Saeb de 1995 a 2007*. Brasília. Disponível em: <www.inep.gov.br>.

_____. *Relatórios da Prova Brasil e do Ideb, 2005 e 2007*. Brasília. Disponível em: <www.inep.gov.br>.

_____. *Relatórios do Enade 2005 e 2007*. Brasília. Disponível em: <www.inep.gov.br>.

_____. *Relatórios do Enem de 1998 a 2008*. Brasília. Disponível em: <www.inep.gov.br>.

_____. *Relatórios do Exame Nacional de Cursos/ENC 1996 a 2002*. Brasília. Disponível em: <www.inep.gov.br>.

MENEZES, N. *Os determinantes do desempenho escolar no Brasil*. São Paulo, Instituto Futuro/IBMEC-SP/USP, 2005. Paper não publicado.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de lei. *Lei Complementar n. 1.078 de 17 de dezembro de 2008*. Estabelece o Bônus por Resultado da Educação. São Paulo, Assembleia Legislativa de São Paulo, 2008. Disponível em: <www.assembleialegislativa.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Resoluções da SEE/DOE sobre as normas do Bônus por desempenho*. São Paulo, fev. 2009. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Relatório do Saresp 2008*. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Programa de Qualidade da Escola – PQE 2008*. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Relatórios do Idesp 2008*. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Relatório de divulgação do Bônus por Desempenho 2008*. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Relatório Pedagógico do Saresp 2007 e 2008*. São Paulo. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Relatórios do Saresp 2007*. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Relatórios do Idesp 2007*. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Plano de Metas da Educação de São Paulo: uma nova agenda de qualidade da educação*. São Paulo, set. 2007. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Relatórios do Saresp 2005*. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *Ler e Escrever*. São Paulo, Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

_____. Secretaria da Educação. *São Paulo faz Escola*. São Paulo, Disponível em: <www.educacao.sp.gov.br>.

SOARES, S. *A repetência no contexto internacional: o que dizem as dados das avaliações das quais do Brasil não participa?* Brasília, ago. 2007 (Texto para discussão, n. 1.300).

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Cientista política, professora da Unicamp. Foi Secretária Estadual de Educação de São Paulo, presidente do Inep e secretária-executiva do Ministério de Educação. Atualmente, preside o Conselho Superior de Responsabilidade Social da Fiesp, São Paulo-SP, Brasil.

(helenaca@uol.com.br)

Artigo recebido em 4 de maio de 2009.

Aprovado em 22 de maio de 2009.

Como citar o artigo:

CASTRO, M.H.G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <www.scielo.br>. Acesso em: